

Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2018

Autoria: Senador Hélio José (PROS/DF)**Iniciativa:****Ementa:**

Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim ressaltar a gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça.

Explicação da Ementa:

Determina que no caso de cumprimento de atos judiciais por oficial de justiça, deverá a parte interessada antecipar o valor necessário ao custeio da diligência, salvo se for beneficiária da gratuidade da justiça.

Assunto: Jurídico - Processo**Data de Leitura:** 10/05/2018**Tramitação encerrada****Decisão:** Aprovada por Comissão em decisão**Último local:** -**Destino:** À Câmara dos Deputados**Último estado:** 28/05/2019 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS**Despacho:****10/05/2018 (Despacho inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:**CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Relator(es):**

Senador Wellington Fagundes (encerrado em 15/05/2019 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO**28/05/2019** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente**Situação:** REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS**Ação:** Remetido Ofício SF nº 365, de 28/05/19, à Senhora Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 17 a 18).

À COARQ.

27/05/2019 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente**Ação:** Anexado o texto revisado (fl. 16).**27/05/2019** SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários**Situação:** APROVADA

TRAMITAÇÃO

Ação: Encerrou-se em 23 de maio o prazo para interposição de recurso. Não houve interposição de recurso para apreciação pelo Plenário. Tendo sido aprovada terminativamente pela comissão competente, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 186 - DSF nº 76

24/05/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para interposição de recurso.

23/05/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Juntado texto final revisado (fl. 14).

21/05/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à CORELE.

15/05/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Recebido o Ofício nº 44, de 2019, da CCJ, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo, com a Emenda nº 1 - CCJ, de redação.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 108 - DSF nº 68

Publicado no DSF Páginas 110 - DSF nº 68

15/05/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Interposição de Recurso a decisão terminativa de Comissão (Art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF). De 17/05/2019 a 23/05/2019. Perante a Mesa.

15/05/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação de conclusão da instrução da matéria e abertura de prazo para recurso.

15/05/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

15/05/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Wellington Fagundes por deliberação da matéria.

TRAMITAÇÃO

15/05/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 13ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ (de redação), relatados pelo Senador Wellington Fagundes.

Anexei o Texto Final do PLS nº 227, de 2018.

Anexei o Ofício nº 44/2019- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl.10).

Publicado no DSF Páginas 454-463 - DSF nº 68

08/05/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Na 12ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, é lido o relatório e adiada a discussão da matéria.

03/05/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

14/02/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria pronta para a Pauta na Comissão com voto do Senador Wellington Fagundes, pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

20/08/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido às 11h50min o relatório do Senador Wellington Fagundes, com voto pela aprovação do Projeto com a emenda de redação que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

07/06/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Wellington Fagundes, para emitir relatório.

21/05/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

TRAMITAÇÃO

14/05/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando recebimento de emendas.

10/05/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 14/05/2018 a 18/05/2018. Perante a CCJ.

10/05/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas e posterior distribuição.

10/05/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Encaminhado à publicação.
À CCJ, em decisão terminativa.

Publicado no DSF Páginas 129-133 - DSF nº 63

10/05/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 14/05/2018 a 18/05/2018. Perante à (ao) CCJ.

10/05/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Leitura da matéria na sessão do SF nº67, em 10/05/2018.

DOCUMENTOS

PLS 227/2018

Data: 10/05/2018

Autor: Senador Hélio José (PROS/DF)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim ressaltar da gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça.

Avulso inicial da matéria

Data: 10/05/2018

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
À CCJ, em decisão terminativa.

DOCUMENTOS

Relatório Legislativo

Data: 20/08/2018

Autor: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido às 11h50min o relatório do Senador Wellington Fagundes, com voto pela aprovação do Projeto com a emenda de redação que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Listagem ou relatório

Data: 15/05/2019

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Lista de Presença

Listagem ou relatório

Data: 15/05/2019

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Lista de Votação Nominal

Texto final da Comissão -

Data: 15/05/2019

Autor: Senador

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim ressaltar da gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça.

P.S 30/2019 - CCJ

Data: 15/05/2019

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 13ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ (de redação), relatados pelo Senador Wellington Fagundes.

Anexei o Texto Final do PLS nº 227, de 2018.

Anexei o Ofício nº 44/2019- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl.10).

Texto final revisado - Projeto

Data: 23/05/2019

Autor: Senador

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Juntado texto final revisado (fl. 14).

Descrição/Ementa: Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim ressaltar da gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça.

DOCUMENTOS

OFSF 365/2019

Data: 28/05/2019

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 365, de 28/05/19, à Senhora Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 17 a 18).

À COARQ.

Descrição/Ementa: Encaminha à revisão da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 227 , de 2018.

Autógrafo - PLS 227/2018

Data: 28/05/2019

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 365, de 28/05/19, à Senhora Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 17 a 18).

À COARQ.

Descrição/Ementa: Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim ressaltar da gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça.